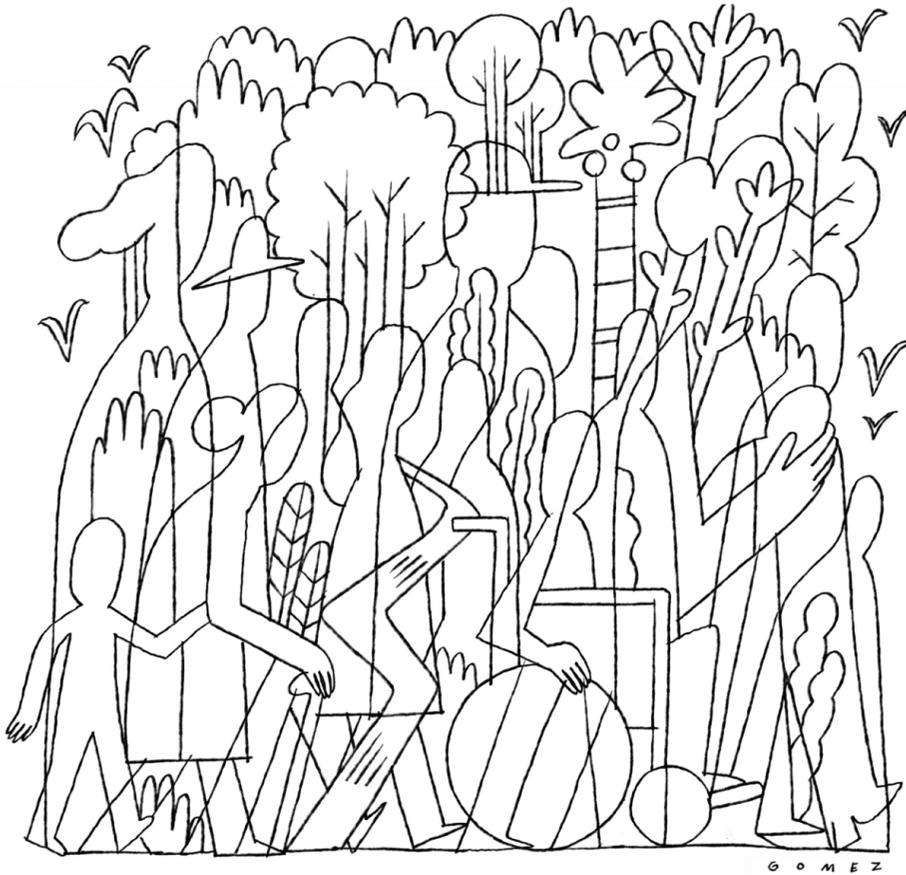


O ESG e o tema da diversidade, equidade e inclusão



» ELIEZER LEAL

Sócio-fundador da Singuê. É formado em sistemas da informação pela Universidade Estácio de Sá

» CARLOS EDUARDO MARQUES

Cientista ambiental, idealizador e diretor-geral da Ambiafro, LinkedIn Creator e Top Voice Sustentabilidade 2022, Young Leader 2022 e analista ESG na Nint

Muito se tem falado sobre diversidade, equidade e inclusão como temas conectados à agenda ESG, mas falta compreensão e sobra confusão sobre essa conexão. Sabemos que a agenda ESG no Brasil e no mundo emplacou nos últimos anos sendo puxada pela Europa e Estados Unidos, contudo, apesar dos esforços das grandes companhias, nossa realidade ainda é muito distante no que tange às boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Existem duas formas de mensurar essa distância. A primeira é pelas métricas convencionais com taxonomias, relatórios, monitoramento de aderência e capacitações. A segunda forma é mais intangível e deve ser observada a partir da conexão entre as métricas e a realidade nacional, especialmente no que diz respeito à conexão entre meio ambiente, governança e a diversidade nos espaços de tomada de decisão.

A questão do clima voltada a carbono e biodiversidade domina a agenda ESG, sendo chamada de viés carbonocêntrico. Isso ocorre quando a gestão, neutralização e mitigação dos gases do efeito estufa têm maior relevância ou materialidade do que outros temas. A discussão climática segue sendo importada, com reflexões e métricas pautadas

nas exigências dos países desenvolvidos, colocando em segundo plano ou ignorando as profundas desigualdades sociais no nosso país.

O S do ESG diz respeito ao impacto que a organização tem no lugar onde está localizada, que inclui seus funcionários, fornecedores, comunidade vizinha e sociedade em geral. Quando incluimos, como imperativo moral de equidade, a agenda da diversidade e inclusão, o tema contempla a inserção, participação e desenvolvimento de grupos antes minorizados nos espaços de poder, entretanto não vemos essa agenda com a mesma relevância. Parte do próprio conceito de sustentabilidade (que contempla o social, ambiental e econômico) diz que ela somente é atingida quando o seu tripé é alcançado, embora venda-se a imagem de que algo sustentável seja apenas "verde", um desvio intencional de seu significado básico.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram definidos nos mesmos eventos que discutem metas climáticas, a Conferência das Partes (COP), contemplam uma abordagem mais ampla ao falar de sustentabilidade, uma vez que os ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades) tratam diretamente de progressos sociais. Ou seja, uma empresa, independentemente

do seu setor, do financeiro ao agropecuário, pode e deve se preocupar com diversidade, equidade e inclusão conectada às métricas e valores de ESG, pois ela está alinhada com referências globais de sustentabilidade, sendo um tema material independentemente do tipo de atividade econômica exercida.

Não podemos nos contentar em primeiro ser Net Zero, com seus devidos reconhecimentos formais, para depois nos preocuparmos em garantir a equidade racial em nossa cultura institucional, por exemplo. Isso não faz sentido na realidade brasileira e os projetos das áreas de ESG das grandes companhias geralmente apontam para essa realidade.

As principais rodas de discussão sobre ESG no Brasil atualmente ainda estão dominadas por pessoas brancas e da elite social brasileira. Enquanto as demais, que são as mais afetadas diretamente pela desigualdade e desastres naturais, estão excluídas de participação relevante nos debates apesar da melhor capacidade de análise da realidade social e da comprovada capacidade de gestão de recursos. Os temas de diversidade, equidade e inclusão se conectam com ESG para trazer uma perspectiva de quem vive os territórios periféricos no Brasil. Isso é tropicalizar a agenda ESG ainda com sotaque europeu em nossas terras.

Fusão nuclear? Uma realidade ainda distante

» LEONAM GUIMARÃES
Engenheiro naval e oceânico,
mestre em engenharia nuclear pela
Universidade de Paris XI e doutor
em engenharia pela USP

O Sol alimenta a vida na Terra há bilhões de anos, nos enviando radiação sob forma de luz e calor produzida pela fusão nuclear. Dada essa incrível potência e longevidade, parece que dificilmente pode haver uma maneira melhor de gerar energia do que aproveitar os mesmos processos nucleares que ocorrem em nossa própria estrela e em todas as outras.

Para liberar parte da energia de ligação dos núcleos atômicos em energia útil, na fusão nuclear, átomos leves são unidos. Seu oposto, na fissão nuclear, átomos pesados são separados. As usinas nucleares comerciais de geração elétrica usam a fissão nuclear para gerar calor e eletricidade. Embora energia nuclear por meio da fissão seja cada vez mais segura e econômica, a fusão promete vantagens importantes.

A fissão nuclear produz resíduos radioativos que são efetivamente gerenciados de forma segura por longos períodos. Os resíduos produzidos pela fusão nuclear são em menor quantidade e atividade, requerendo gerenciamento mais simples e por períodos menores. A maioria dos experimentos de fusão usa hidrogênio, que pode ser extraído de forma barata da água do mar e do lítio, o que significa que o suprimento de combustível pode durar milhões de anos.

Os reatores de fusão nuclear foram concebidos ao final dos anos 50 e visam replicar as estrelas fundindo átomos de hidrogênio para criar hélio, liberando energia na forma de calor tal como os reatores de fissão vêm efetivamente fazendo há pelo menos quase 70 anos. Sustentar a fusão em grande escala por longos períodos tem o potencial de constituir uma fonte de energia segura, limpa e quase inesgotável, essencial para mitigar as mudanças climáticas pela transição energética.

A fusão nuclear pode ser uma fonte de energia sustentável essencial para complementar as principais energias limpas, que são as renováveis e a de fissão nuclear. A busca pelo seu emprego industrial começou décadas atrás, mas será que uma velha piada de que a fusão nuclear está sempre a 30 anos de distância pode começar a parecer ultrapassada?

Cientistas dos Estados Unidos (EUA) alcançaram recentemente um marco importante em suas tentativas de aperfeiçoar o processo de fusão na instalação experimental NIF, baseado no conceito de confinamento inercial. Usaram com sucesso um laser de 192 feixes para transformar uma pequena quantidade de hidrogênio em uma quantidade de energia maior do que a energia que acionou os lasers. Enquanto isso, o maior experimento de fusão do mundo, o reator Iter, que é baseado no conceito de confinamento magnético, está sendo construído na França por um projeto colaborativo entre 35 nações. Espera-se que sua produção se inicie em 2035.

Apesar de uma série de avanços promissores nos últimos anos, a fusão nuclear em larga escala ainda está certamente a mais de uma década de distância. Os resultados dos EUA constituem um verdadeiro avanço apontando que muito mais trabalho é necessário antes que a fusão nuclear possa ser usada para fornecer energia para residências, comércio, indústria e transporte.

Como disse certa vez Lev Artsimovich, pai do Tokamak, primeira máquina onde se conseguiu a fusão nuclear por confinamento magnético, "a fusão estará lá quando a sociedade realmente precisar dela", da mesma forma que a fissão nuclear já está aqui respondendo hoje por 30% da energia elétrica de baixo carbono gerada no mundo, com mais de 400 usinas em operação e 50 em construção.

O ajuste deve ser nos gastos

» LUCIANO NAKABASHI

Doutor em economia e professor associado da Fearp/USP

A regra do teto de gastos tem apresentado problemas, mas ela vai na fonte de um dos principais problemas da economia brasileira, focando no lado das despesas públicas que têm crescido de forma sistemática desde a Constituição de 1988.

Para retomar uma trajetória de crescimento sustentável, uma das condições necessárias é a implementação de regras que coloquem em trajetória de queda a relação dívida/PIB, pois ela é essencial para controlar a taxa de juros e reduzir incertezas, favorecendo o investimento produtivo nacional ou estrangeiro. Com as instabilidades geradas por regimes autocráticos como Rússia e China, abrem-se ainda mais oportunidades de investimento em países como México e Brasil, desde que haja previsibilidade e bons fundamentos econômicos.

Para o controle da relação dívida/PIB, o foco deve ser no controle das despesas, pois a carga tributária é bastante elevada no país, onerando o funcionamento do setor privado e, dessa forma, sua competitividade, além de ineficiências consideráveis em termos de bem-estar social. Outro ponto relevante de uma regra que controle os gastos públicos é forçar um debate sobre quais as prioridades do país. Quando ocorre uma demanda por aumento de gastos em determinada modalidade, é preciso discutir com outros segmentos da sociedade onde os cortes

deverão ocorrer para fazer frente à nova despesa. É claro que os grupos econômicos e políticos com maior força tendem a levar vantagem. Por isso, é preciso sempre considerar mecanismos para contrabalançar a correlação de forças, sobretudo em favor das classes de renda mais baixas.

Certamente, teremos que realizar reformas estruturais para controlar a trajetória da dívida pública em relação ao PIB, visto que mais de 90% dos gastos são direcionados para despesas obrigatórias, sobrando pouco espaço para cortar gastos, visto a necessidade de manter o funcionamento da máquina e os investimentos públicos. Talvez a falta de uma agenda de reformas estruturais para controlar o aumento dos gastos que deveria ter sido implementada antes da criação da regra do teto de gastos seja a principal razão para a dificuldade em sua manutenção atualmente.

Considerando a importância das reformas, sobretudo aquelas que desvinculem gastos que estão automaticamente vinculados às receitas públicas, além de uma nova rodada de reforma da Previdência, incluindo as classes que ficaram de fora da anterior, é preciso associar a essa agenda uma nova regra que controle os gastos públicos para melhorar os fundamentos da economia brasileira e, dessa forma, estimular o seu crescimento.

Uma nova regra do teto de gastos precisa ser mais flexível e permitir que as despesas aumentem mais do que a inflação passada em períodos de baixo

crescimento econômico e que cresçam de acordo com ela quando a elevação do PIB for maior que 2,5% ou 3% ao ano, por exemplo. Nos momentos de baixo crescimento, é preciso aumentar os gastos públicos pela existência de estabilizadores automáticos e para estimular a economia de forma ativa. No entanto, para que isso seja possível, nos momentos de crescimento mais robusto, é preciso melhorar a situação fiscal de forma a reduzir a relação dívida/PIB.

O grande desafio de tal regra é estimar o crescimento do PIB para a elaboração do orçamento público. Mesmo no horizonte de um ano, os desafios são enormes e os erros de estimativa são a norma. Por isso, tal regra do teto precisa considerar o crescimento do ano anterior e possuir gatilhos de aumento ou corte de gastos caso o crescimento econômico do ano em questão seja muito diferente do ano anterior, pelo menos quando a economia passa por um processo de desaceleração econômica em relação ao ano anterior.

O controle das contas públicas é um pré-requisito para a retomada do crescimento econômico de forma sustentável, sobretudo pelo controle dos gastos e por meio de políticas econômicas que melhorem a sua eficiência. Pelo nível de desenvolvimento econômico em que o país se encontra, políticas que estimulem o crescimento são fundamentais para redução da pobreza e ganhos de bem-estar para nossa sociedade.